

INVERNO 2017

INFORMAÇÃO 26

Boletim Informativo da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes

25 Anos APFC

Pág 03



Noticias das ZIF

Pág 05

Fogos
Florestais

Pág 08

Reforma da Floresta
Omissões, Complicações e Ilusões

Pág 14

03 Especial: 25 Anos APFC

04 Notícias breves

05 Notícias das ZIF

06 A Floresta que precisamos

08 Fogos Florestais - Plano Operacional 2016

10 Campanha de amostragem 2016

13 Notícias do Grupo APFCertifica

14 Reforma da Floresta
Omissões, complicações e ilusões

17 Formação

18 Ocupação florestal e rentabilidade

FICHA TÉCNICA BOLETIM INFORMATIVO FEVEREIRO 2017

Propriedade Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes

Rua 5 de Outubro, 8
2100-127 Coruche
T. 243 617 473
E. apfc@apfc.pt

Design | Edição Gráfica | Impressão

IMA Agência Criativa
www.agenciaima.pt

OUTRA VEZ OS FOGOS



António Gonçalves Ferreira
Director Executivo

Ciclicamente a natureza lembra-nos da nossa impotência para lidar com eventos catastróficos.

Em 2016 tivemos mais uma vez essa recordatória e um pouco por todo o país o fogo tomou proporções dantescas.

A mesma natureza que nos reduz à nossa pequenez, toma de seguida muitas vezes o nosso partido e abrandando a sua raiva, acalma-se e permite que o caos finde.

Se a força da natureza não se consegue contrariar qual é o papel que nos cabe nesta luta?

A nosso encargo fica a prevenção. E o que é a prevenção afinal?

A prevenção passa por:

- Sistemas de produção rentáveis, que garantam uma gestão profissional;
- Organização territorial que permita planear e instalar redes e infra-estruturas de defesa;
- Conhecimento do terreno, presença e posicionamento avançado de meios de combate em época crítica;
- Canais de comunicação, eficientes no defeso e efectivos em teatro de operações.

Na nossa realidade local, promovendo a gestão e apostando nas Zonas de Intervenção Florestal, temos trabalhado neste sentido:

- A nossa floresta é rentável, quando tem dimensão, e assenta num mix de espécies diversificado;
- Planeámos as nossas infra-estruturas de defesa, mas ainda não as implementámos na totalidade;
- Conhecemos o terreno, já estivemos mais presentes, mas temos meios de primeira intervenção operacionais na época crítica;
- Apesar do aumento do empenho de parte a parte, não conseguimos ainda que todos reconheçam a importância dos trabalhos de inverno para estarmos mais seguros no verão.

Os nossos decisores no entanto teimam em negar parte da realidade, não ouvindo quem está no terreno e que estudou e tem o conhecimento. A mais recente proposta de reforma da nossa floresta não dá grande ajuda:

- Faz a apologia da municipalização da gestão, acena com a bandeira do cadastro mas não tem uma medida para melhorar o ordenamento;
- Avança para a proibição cega, esquecendo o exemplo dos montados, em que apenas a rentabilidade protegeu o sobreiro, já que protegida pela mesma lei a sua não rentável prima azinheira vê a área de abrangência a definhar ao longo das décadas;
- Esquece a sensibilização e a educação, pilares fundamentais na mudança dos comportamentos negligentes, principal causa de ignições em Portugal.

Afinal a nossa luta é também contra a natureza dos homens, que muitas vezes é mais difícil de contrariar que a força da natureza...

Rita Tavares Bonacho
Presidente da Direção



Rua da Música (1994 a 2009)



Rua dos Guerreiros (2009 a 2016)



Rua 5 de Outubro (2017)

No ano de 2017, a Associação de Produtores Florestais de Coruche, celebra 25 anos de existência!!

Um quarto de século!! Um marco de grande importância na nossa organização!

Quis Deus, que nesta casa se cruzassem, Homens e Mulheres singulares, com um amor e gosto especial pela Floresta e pela Agricultura Portuguesa, que juntos conseguiram que APFC se tornasse numa organização de referência.

Podemos mesmo dizer, que não foi obra do acaso, pertencermos a um concelho denominado por “Capital Mundial da Cortiça”, termos uma das maiores Indústrias Corticeiras Portuguesas situada na nossa Zona Industrial, sermos dirigidos por um Executivo Camarário que continuamente se esforça por apoiar e colaborar com a APFC, aproveitando o seu conhecimento técnico em prol do Concelho e da Floresta Portuguesa, sempre com uma visão apartidária, que é de louvar!!

Nestas celebrações, vamos ser mais uma vez ambiciosos! O momento que estamos a viver “de Reforma Florestal”, requer grande atenção e audácia, e com uma visão de futuro, sem olvidar as experiências do passado, criámos um programa diferente, e que ao longo do ano de 2017 iremos desenvolvendo!

O convite é dirigido em especial aos nossos Associados, que desde sempre foram, e são, a base e a prioridade da Associação. É também dirigido aos nossos parceiros e Entidades Oficiais que sempre nos têm acompanhado, em especial a Autarquia de Coruche, e aos amantes da floresta.

O Programa, foi pensado em duas vertentes: Divulgação e Formação. A primeira com três momentos chave:

- Seminário de Lançamento – 25 Anos de Inovação - 11 de Março
- Seminário FICOR – No Centro do Mundo .. da Cortiça - 27 de Maio
- Seminário de Encerramento - ... e daqui a 25 Anos - Outubro

A segunda com três eventos, com diferentes públicos-alvo e em datas a divulgar posteriormente:

- Nova edição do Curso de Encarregados Florestais
- Programa de Direcção Executiva de Empresas Florestais Familiares - para gestores/proprietários
- Formação Avançada em Recursos Florestais - direccionada a técnicos das Organizações de Produtores Florestais

Que 2017, seja não só um Ano de Comemoração, mas também de consolidação de conhecimentos e desafios produtivos na Floresta Portuguesa!

NOTÍCIAS BREVES

PDR2020

A análise aos últimos dados do PDR 2020 (31 de Dezembro) permite constatar que:

- apenas 21% das candidaturas das medidas florestais estão decididas (face a 67% no investimento agrícola nas operações 311, 321 e 322) - em setembro estavam decididas 8%;
- as medidas florestais decididas com parecer favorável representam 552 candidaturas (face a 8.257 do investimento agrícola nas operações 311, 321 e 322) com 70 milhões de euros de investimento (face a 990 milhões de euros do investimento agrícola);
- há 272 contratos de investimento florestal assinados (eram 120 em setembro) face a 5.765 contratos do investimento agrícola;
- a taxa de decisões desfavoráveis é de 53% nas candidaturas florestais (para um universo de 1183 candidaturas decididas) e de 24% nas candidaturas agrícolas (para um universo de 11.379 candidaturas decididas).

	Nº CAND APRESENTADAS	TAXA DE CAND ANALISADAS	TAXA DE CAND DECIDIDAS	Nº DE CONTRATOS
3.1.1 Jovens agricultores	5.249	68%	58%	1.328
3.2.1 Investimento na exploração agrícola	7.745	78%	58%	1.989
3.2.2 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	3.777	100%	98%	2.448
SUB-TOTAL	16.671	79,6%	67%	5.765
8.1.1 Florestação de terras agrícolas e não-agrícolas	1.164	95%	11%	0
8.1.2 Instalação de sistemas agroflorestais	95	100%	6%	0
8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	1.837	96%	4%	2
8.1.4 Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos	348	69%	79%	82
8.1.5 Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	2.012	97%	26%	119
8.1.6 Melhoria do valor económico das florestas	591	59%	44%	69
SUB-TOTAL	6.047	87%	21%	272

Fonte: UNAC

Roubo de amostras de cortiça

No passado dia 24 de Outubro de 2016 as instalações onde a APFC tinha armazenadas as amostras de cortiça relativas à extracção de 2017 foram assaltadas, tendo sido roubadas 22 amostras. Perante o sucedido a Associação voltou ao campo e repetiu as amostras, 9 com a utilização do mesmo método de amostragem e 6 de uma forma diferente, ou seja, através de uma peritagem no local, uma vez que não foi possível tirar as "calas", pois já nos encontrávamos fora do período normal de descortiçamento e não se queria forçar o "despegamento" do entrecasco. As restantes vão ser repetidas na presente campanha de 2017.

GRUPOS OPERACIONAIS

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Durante o mês de Novembro fecharam as candidaturas aos Grupos Operacionais no âmbito da operação 1.0.1 do PDR2020. A APFC esteve envolvida na elaboração de 8 candidaturas tendo como objectivo a implementação de investigação aplicada nas áreas do montado de sobro, pinhal manso e pinhal bravo.

GRUPO OPERACIONAL	OBJECTIVO PRINCIPAL
NUTRISUBER	Iniciar o ciclo experimental para estabelecimento de recomendações de fertilização racionais para o montado de sobro em Portugal.
GEOSUBER	Garantir a monitorização periódica do estado vegetativo do montado através de deteção remota e disponibilizar ao produtor florestal através de uma plataforma on-line, a informação necessária para operacionalizar a gestão.
UNDERCORK	Desenvolver estratégias de gestão integrada da cobrilha da cortiça, visando a implementação de tecnologias inovadoras de diagnóstico, monitorização e controlo, valorizando o papel das aves insectívoras na integridade ecológica do sistema montado.
EVOLCORK	Estudar a evolução da qualidade da cortiça, desde a cortiça virgem à cortiça amadia produzida em tiradas sucessivas, e a sua relação com diversas variáveis edafoclimáticas e da árvore.
ECOMONTADO XXI	Estabelecimento no terreno de conceitos teórico-práticos já existentes sobre a agroecologia e a permacultura (K-line) aplicada ao montado, com vista ao restauro de áreas degradadas.
FERTIPINEA	Iniciar o ciclo experimental para o estabelecimento de recomendações de fertilização racionais para povoamentos de pinheiro manso em sequeiro e regadio.
+PINHÃO	Desenvolvimento de estratégias de gestão integrada de agentes bióticos que afetam a produção de pinhão, com destaque para <i>Leptoglossus occidentalis</i> , visando-se a implementação de tecnologias inovadoras de diagnóstico, monitorização e controlo.
+PREVCRP	Desenvolvimento de estratégias integradas para prevenção do Cancro-resinoso-do-pinheiro

NOTÍCIAS DAS ZIF

As ZIF do Divor e Baixo Sorraia já têm Plano de Gestão Florestal

Foram aprovados em Assembleia Geral de Aderentes, realizada a 15/12/2016, os Planos de Gestão Florestal (PGF) das ZIF do Baixo Sorraia e ZIF do Divor. Estes PGF foram sujeitos a consulta pública que decorreu entre 24 de Novembro e 14 de Dezembro e a uma Apresentação pública final que contou com a presença de um representante do ICNF. Os PGF aprovados foram de seguida submetidos ao ICNF para aprovação formal.

Concluimos assim mais uma importante etapa na gestão das ZIF que se iniciou em 2008 com a constituição do núcleo fundador da ZIF da Charneca da Calha do Grou. Entre 2009 e 2011 foram formalmente criadas as 5 ZIF geridas pela APFC. Neste ano que inicia, podemos dizer que dispomos de todas as ferramentas de base para avançar com uma gestão efetiva das ZIF.

É objetivo da APFC que, através das ZIF, se possa trabalhar por uma floresta mais resistente a incêndios florestais, pragas e doenças, mais produtiva, conservada, biodiversa e segura.

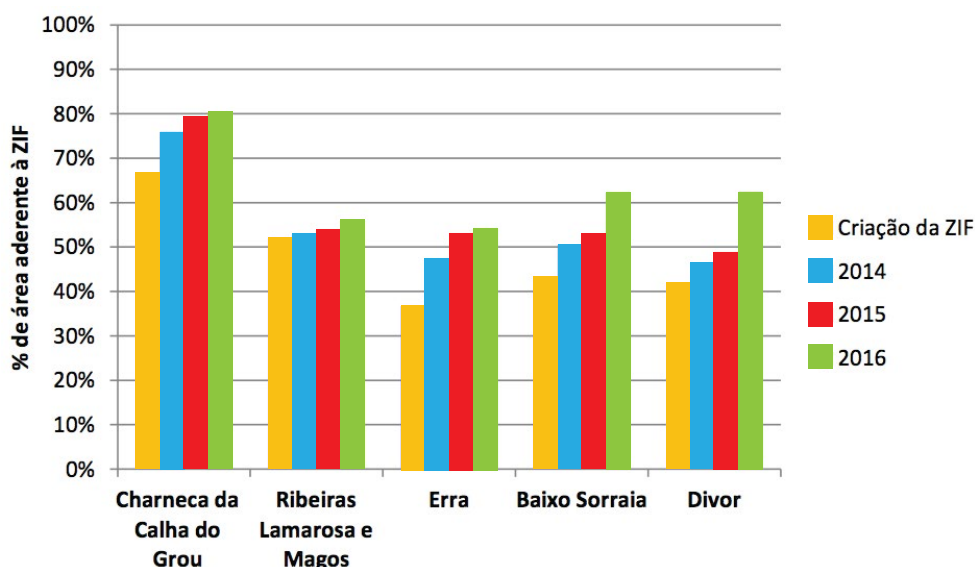
A existência de PGF das ZIF trata-se de uma mais-valia para os aderentes, uma vez que constitui uma importante ferramenta a ter em conta na gestão das propriedades. A acrescentar às vantagens enumeradas, os proprietários aderentes da ZIF, ficam dispensados de ter o seu próprio PGF.

Aumenta o interesse dos proprietários florestais nas ZIF

Durante os anos de 2015 e 2016 verificou-se um aumento do interesse dos proprietários e produtores florestais na adesão às ZIF, este aumento esteve relacionado com dois fatores principais: a abertura do novo quadro comunitário de apoio (PDR2020) que atribui na hierarquização das candidaturas, maior pontuação aos aderentes da ZIF, e a isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que foi instituído pela lei da fiscalidade verde, em vigor desde o início de 2015.

Assim, apresentamos a evolução dos principais indicadores das 5 ZIF geridas pela APFC entre 2014 e 2016:

	área total (ha)	Nº aderentes			Nº prédios			Criação da ZIF	2014 2015 2016		
		2014	2015	2016	2014	2015	2016		2014	2015	2016
ZIF 54 - Charneca da Calha do Grou	18.113	40	45	48	71	76	80	67%	75%	79%	80%
ZIF 88 - Ribeiras da Lamarosa e Magos	28.354	62	72	81	127	153	174	52%	53%	54%	56%
ZIF - 131 Erra	12.475	25	31	35	43	52	59	37%	48%	53%	54%
ZIF 137 - Baixo Sorraia	43.414	41	45	57	61	74	93	43%	51%	53%	62%
ZIF 139 - Divor	54.789	54	66	92	96	119	166	42%	46%	49%	62%



Evolução da percentagem de área aderente desde a criação das 5 ZIF geridas pela APFC

A FLORESTA QUE PRECISAMOS

Sumário executivo das conclusões



O Colégio de Engenharia Florestal da Ordem dos Engenheiros, em colaboração com a Universidade de Lisboa, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a FORESTIS – Associação Florestal de Portugal e a UNAC – União da Floresta Mediterrânica, pretende que o futuro da floresta portuguesa seja construído sobre soluções racionais, com uma consistente base técnica, que reforcem o seu potencial produtivo, garantam o seu valor ambiental e assegurem a sua dimensão social.

Para esse objetivo, organizou no passado mês de Outubro um ciclo de Fóruns sobre o desígnio "A Floresta de que Precisamos...", o qual teve um formato inovador: duas sessões regionais, Sul e Norte, e uma sessão final em Lisboa (17 de outubro), que integrou, apresentou e debateu as reflexões e recomendações de âmbito regional.

As três sessões contaram com a colaboração de 32 especialistas e investigadores, que apresentaram a sua opinião e as suas recomendações, e mais de 320 participantes que contribuíram para um debate e uma reflexão muito participados, estruturado em quatro grandes temas:

- Políticas e Instrumentos de Política;
- Ordenamento do Território e Soluções de Gestão;
- Rentabilidade, Produção e Conservação;
- Problemática dos Fogos.

O debate final, que teve como ponto de partida a análise das conclusões dos Fóruns Regionais, incidiu sob duas grandes perspetivas:

- Erros que não Podemos Repetir
- Soluções de Futuro.

As reflexões debatidas neste Fórum vão no sentido de que é essencial o estabelecimento de um pacto de regime para a floresta portuguesa, que permita estabilidade legislativa e de governança. Esse pacto de regime deve perdurar para lá da formulação das políticas, assegurando, também, instrumentos de política adequados à sua operacionalização.

Mais do que novas estratégias ou diagnósticos, a "Floresta de que precisamos" carece de uma nova abordagem de implementação de soluções recorrentemente identificadas.



A FLORESTA QUE PRECISAMOS

Sumário executivo das conclusões

A floresta, apesar da sua perspectiva e dos seus resultados de médio a longo prazo, tem que ser pensada e acompanhada 365 dias por ano, para que se garanta:

- um território rural, ordenado de acordo com as suas características físicas e integrando os diversos atores locais;
- unidades económicas com escala que permitam a viabilidade produtiva da atividade florestal e assegurem as suas funções de conservação, num enquadramento climático evolutivo;
- respostas dinâmicas e preocupações de equidade, remunerando adequadamente quem garante as funções de proteção e conservação.
- reconhecimento efetivo por parte dos Portugueses, pela sua importância na economia, no contexto social dos territórios rurais e na garantia dos serviços ambientais à escala da paisagem.

Sendo enorme a tarefa que os agentes do setor têm em mãos, para que se avance numa base consistente e gradual, é também necessário identificar medidas que se possam operacionalizar e permitam resultados concretos. São nove as que priorizamos:

1. Alteração do formato da dupla tutela que incide sobre o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ficando este só sob tutela do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural;
2. Criação e dinamização de um programa permanente de educação e sensibilização para a importância da floresta, riscos dos fogos e sua prevenção, adaptado aos diferentes públicos-alvo.

3. Reforço da fiscalização e monitorização efetiva do território, garantindo a aplicação e eficácia das soluções resultantes dos instrumentos de planeamento, em detrimento de pressupostos de proibição transversais sob as opções de gestão.
4. Incentivos fiscais fortes e efetivos com vista a estimular as ações de emparcelamento florestal e as ações tendentes a evitar o fracionamento da propriedade florestal (como previsto na Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.o 33/96).
5. Revisão do regime de financiamento das ZIF – Zonas de Intervenção Florestal, apoiando ao seu funcionamento, reconhecendo-as como veículo privilegiado de soluções de defesa conjunta e primeiro patamar para soluções de gestão agrupada.
6. Criação da figura da “Sociedade de Gestão Florestal”, permitindo que as ZIF evoluam para soluções empresariais que garantam um adequado uso do solo e uma diversificação das fontes de rendimento.
7. Criação da figura fiscal do modelo de provisões para investimento florestal para os sujeitos passivos de IRC/IRS (como previsto na Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.o 33/96).
8. A instituição do sistema de seguros florestais (como previsto na Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.o 33/96).
9. Criação de uma estrutura dedicada à defesa da floresta, reforçando a prevenção e apoiando o combate que permita defender a floresta além da defesa das vidas e das populações (como previsto na Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.o 33/96), que implemente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), dotada de um orçamento global, equilibrado e plurianual.

Comissão Organizadora do Fórum Nacional “A Floresta de que Precisamos..”



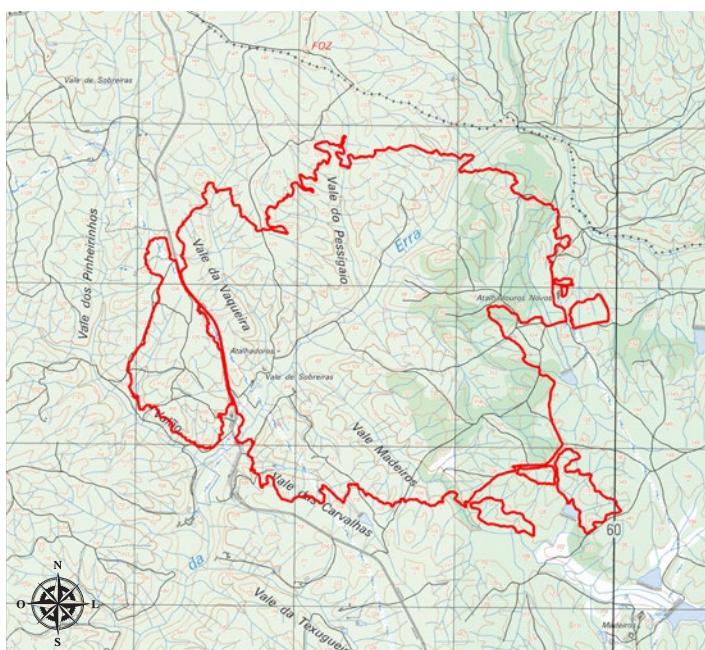
FOGOS FLORESTAIS

Balço do Plano Operacional de Prevenção

Uma campanha diferente com muita área ardida e com uma rede de rádios de maior alcance.

O ano de 2016 foi o 2º ano mais quente e seco dos últimos 71 anos (1931-2016). Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro verificaram-se 26 dias de alerta amarelo e 11 dias de alerta laranja.

No distrito de Santarém arderam 4.069 ha, dos quais cerca de 12% (471,46ha) arderam nos dias 25 e 26 de julho na zona de Vale Sobreiras no Couço e 18% (727,62ha) no dia 13 de Agosto, na Glória do Ribatejo. A Associação esteve lá e fez o seu trabalho.



Área Ardida Vale Sobreiras



Área Ardida Glória do Ribatejo

Terminada mais uma campanha do Plano Operacional de Prevenção (POP) dos fogos florestais da APFC, faz-se agora o rescaldo das ocorrências e das áreas ardidas.

A campanha começou no dia 13 de Junho e terminou oficialmente a 15 de Outubro de 2016, com uma área de abrangência de 173.380ha, no concelho de Coruche e parte dos concelhos limítrofes, divididos em 7 zonas de intervenção, dos quais 50% corresponde a área associada, com acção de 5 equipas de primeira intervenção (EPI). Estas cinco equipas são constituídas por 15 elementos, dos quais 5 fazem parte da Equipa de Sapadores Florestais da APFC, sendo que os restantes 10 são contratados durante o período crítico.

No dia 4 de Julho a Associação organizou um dia DFCI – Defesa da Floresta Contra Incêndios, foi um dia diferente com uma manhã de apresentação aos sócios e a todos os elementos que fazem parte do dispositivo de DFCI da área de actuação da APFC (corporações de bombeiros de Coruche, Benavente, Almeirim, Salvaterra de Magos e Mora, CM Coruche, ICNF, CDOS de Santarém, GNR/SEPNA e ACHAR – Associação dos Agricultores de Charneca) do balanço da época de 2015 e do funcionamento da presente campanha. Estiveram presentes 54 pessoas. De seguida foi dada uma formação teórica sobre “Combate a incêndios florestais”. Durante a tarde foram feitos vários exercícios práticos, onde estiveram presentes as 5 viaturas da APFC e respectivos elementos, 2 viaturas da ACHAR e 5 viaturas dos Associados que dispõem de kit de 1ª intervenção.

A APFC e a ACHAR, são “vizinhas” em termos de área de actuação de defesa da floresta contra incêndios, no limite norte do concelho de Coruche, pelo que tomaram a iniciativa de fazerem um projecto em conjunto de ampliação da rede de rádios, projecto este que permitiu a instalação de um repetidor na Zona 1 do POP e a substituição do repetidor instalado em Coruche. As duas Associações passaram a falar na mesma frequência e na mesma “língua”, situação esta que contribuiu para a entreaajuda entre as equipas das duas Associações, no caso de incêndio.

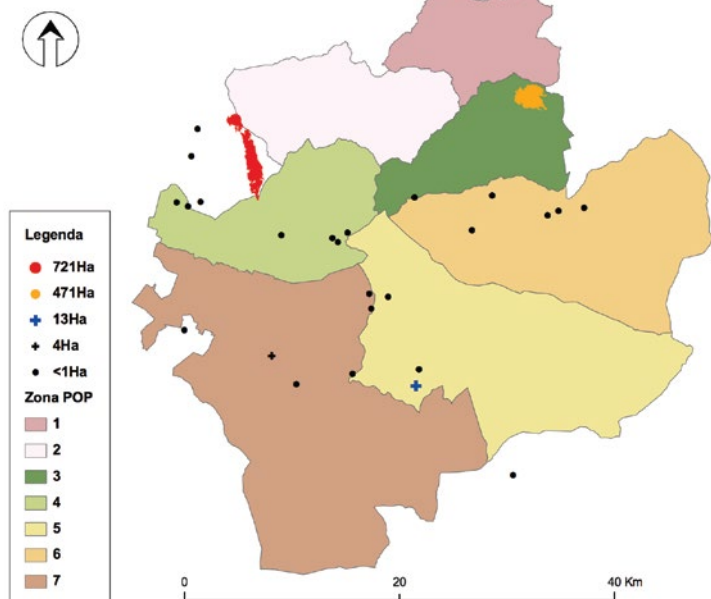
Na viatura da Equipa de Sapadores Florestais – móvel 2 – está disponível um rádio SIRESP (Rede Nacional de Emergência e Segurança), que em caso de incêndio, possibilita o contacto directo com o Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém, entidade responsável pela coordenação de todos os meios disponíveis, de forma a garantir uma resposta mais eficaz. Nas restantes viaturas existe um rádio de banda alta disponibilizado pelos Bombeiros Municipais de Coruche, para operar em caso de incêndio no teatro de operações.

Todos os anos a APFC no início da campanha envia um inquérito aos associados relativo aos meios disponíveis em cada exploração (máquinas e kits de 1ª intervenção), bem como outros contactos importantes. Esta informação é de grande importância, porque depois de processada internamente, permite em caso de incêndio, uma consulta rápida com visualização espacial dos meios disponíveis no terreno.

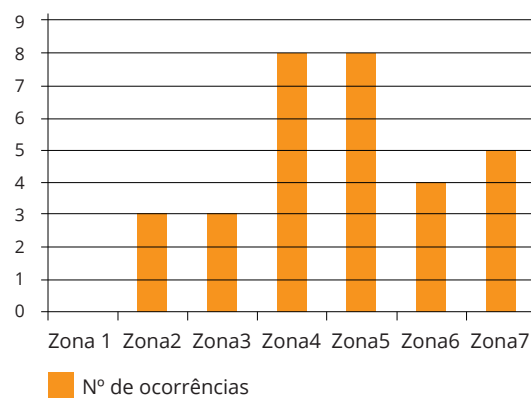
Durante a campanha foram registadas 31 ocorrências que correspondem a um total de 1.221 ha de área ardida, e das quais resultaram 45 intervenções das EPI. As Zonas 4 e 5 do POP são as que registaram maior número de ocorrências (16 ocorrências), e uma área ardida de apenas 25ha. A maior área ardida está na Zona 3 – Vale Sobreiras, uma vez que num único fogo arderam cerca de 471 ha. No fogo da Glória do Ribatejo apenas 13ha estão dentro da Zona 4, a restante área está no limite noroeste desta zona (fora do POP).

FOGOS FLORESTAIS

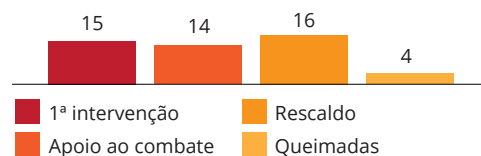
Plano Operacional 2016 em Números



Distribuição espacial pela área de prevenção (POP) por classe de área ardida



Número de ocorrências por Zona POP



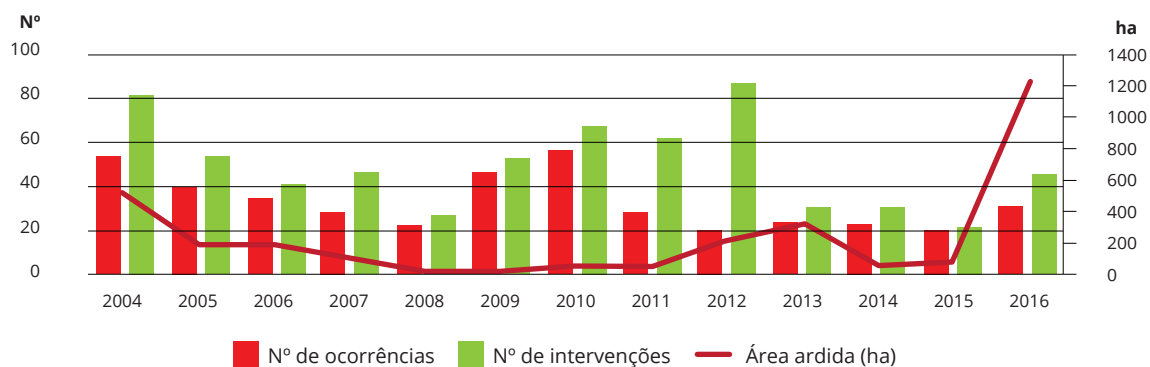
Distribuição por tipo de intervenção por parte das EPI

O POP está implementado desde 2004, pelo que podemos fazer um balanço do seu funcionamento com base nos dados disponíveis.

O ano de 2016 foi um ano diferente, com mais área ardida, maior número de ocorrências e mais intervenções feitas pelas EPI.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de ocorrências	54	40	35	29	23	47	57	28	25	23	22	20	31
Nº de intervenções	82	55	42	47	28	53	68	61	52	30	30	21	45
Total de área ardida	508	190	186	108	25	23,36	54,8	50,06	218,8	184,42	63,64	82,36	1221
Zona POP c/ maior nº de ocorrências	4	4	2	4	4	4	4	4	4	7	7	4	4 e 5
Zona POP c/ maior área ardida	2	2	4	4	4	4	5	5	2	3	7	4	3
Área ardida dentro do POP	207,8	70,22	37,14	56,94	11,32	11,6	33,34	23,69	71,77	165,94	59,06	75,66	471
% deteção pelas equipas	70	52	43	34	61	13	35	21	30	35	33	3	14

Resumo dos dados disponíveis de 2004 a 2016



Balanço do POP de 2004 a 2016

CAMPANHA DE AMOSTRAGEM 2016

A cortiça no ano de 2016

No ano de 1992 a Associação fez as primeiras amostragens da cortiça no campo, e passados 24 anos continua a dar a conhecer aos seus Associados, as características das suas cortiças (qualidade e calibre) bem como dos seus montados, para que se posicionem no mercado da cortiça de modo informado e conhecedor. Só assim é possível o produtor saber o valor real de mercado da cortiça a vender e estar apto a decidir fundamentadamente sobre uma eventual venda.

Tal como já tem vindo a acontecer, o primeiro trimestre de 2016 decorreu com a presença de compradores de cortiça no campo, com o volume de cortiça comercializada nesta época a ser superior ao ano passado. Esta tendência de antecipação da abertura da época de compra aparenta estar cada vez mais generalizada entre os compradores de cortiça.

Mais uma vez, e em resultado do excelente desempenho do mercado dos produtos de cortiça (exportações com aumento de 5,7% em relação a 2015), que tem vindo a recuperar de forma assinalável, a campanha de extracção de 2016 arrancou sem stock de cortiça por vender na produção e com a indústria numa situação de baixo aprovisionamento de matéria-prima.

Manteve-se a tendência de procura da cortiça proveniente das explorações florestais certificadas, as quais foram de uma forma geral, vendidas no início da campanha.

Depois de uma primavera seca, atenuada por muita precipitação em Maio, a campanha de amostragem de cortiça no campo decorreu de uma forma razoável, durante os meses de Junho a Agosto, tendo sido realizadas 21 amostras de qualidade da cortiça com 9 anos (extracção de 2016) a que acrescem 31 amostras já realizadas em 2015 relativas à campanha de extracção de 2016. O pedido de amostras de qualidade da cortiça no ano anterior à extracção, tem vindo a aumentar nos últimos anos, uma vez que, a antecipação da abertura da época de compra é uma realidade.



Os preços utilizados para cálculo do valor de mercado das amostras de cortiça, foram determinados com base na pesquisa efectuada junto de várias fontes industriais credíveis, dos sectores da preparação e transformação.

Amostragem	2015	2016
Extracção	2016	
Nº propriedades amostradas	30	19
Nº amostras realizadas	31	21
Área total amostrada (ha)	7.169	6.499
Nº parcelas realizadas	681	545
Nº sobreiros amostrados	3.193	3.170
Qtd. de cortiça estimada (@)	258.850	257.697
	516.547@	

Com base na totalidade das amostras de 9 anos efectuadas foi calculada a distribuição de calibres da cortiça média/2016.

Cortiça média	%	Valor de mercado
Cortiça rolhável	31	4,06€ / kg
Cortiça delgada	33	2,20€ / kg
Cortiça para granular (refugo)	36	0,70€ / kg



CAMPANHA DE AMOSTRAGEM 2016

Parâmetros caracterizadores dos montados amostrados

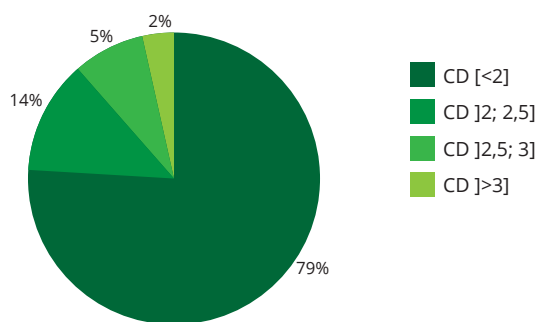
As amostragens também têm como objectivo fazer uma avaliação do estado silvícola do montado, através do conhecimento dos seguintes parâmetros:

- **intensidade de descortiçamento** - permite ponderar alterações nas alturas de descortiçamento que possibilitam melhorar o calibre da cortiça;
- **distribuição etária** do montado - permite tomar decisões relativas à perpetuidade do povoamento;
- presença de **pragas** desvalorizadoras da cortiça - em cortiças delgadas a presença de cobrilha pode ser um factor muito desvalorizador, uma vez que impossibilita a sua utilização mais nobre, a produção de discos de cortiça natural;
- análise dos principais **defeitos** - as cortiças com massas homogéneas são as de melhor qualidade.

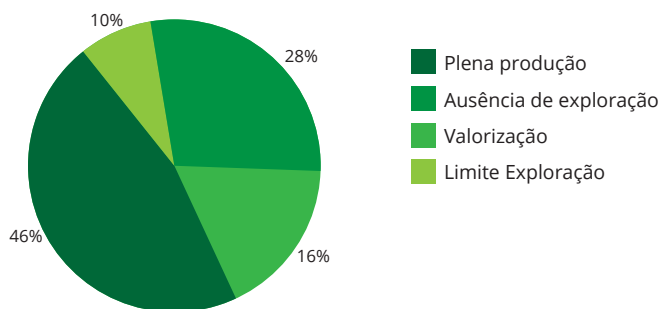
Dos resultados apresentados podemos concluir que apenas 2% dos sobreiros amostrados apresentam alturas de descortiçamento superiores ao máximo previsto na legislação ($CD > 3$).

Nos povoamentos amostrados dominam as árvores em plena produção (46%), no entanto existe um número de árvores suficientes em valorização e ausência de exploração (sobreiros virgens).

A principal praga desvalorizadora da qualidade da cortiça é a cobrilha, presente em 32% dos sobreiros amostrados (valor equivalente a 2015) e os principais defeitos desvalorizadores, o prego e a cortiça barrenta.



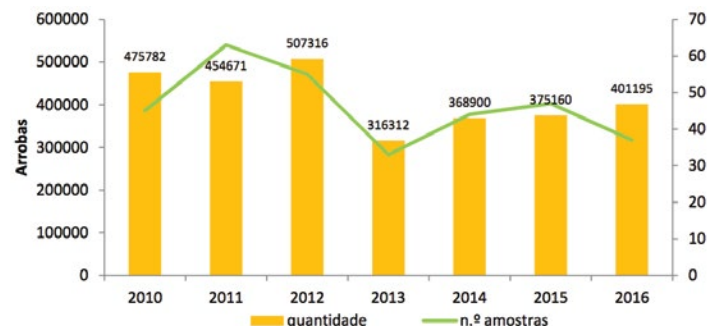
Coeficiente de Descortiçamento



Distribuição etária

Plataforma de transacção da cortiça

Pela 7ª vez consecutiva a Plataforma de Transacção da Cortiça APFC, foi motivo de atenção durante os 3 dias da FICOR – Feira Internacional da Cortiça, onde estiveram expostas um total de 37 amostras de cortiça, que representam cerca de 401.195@, das quais 28 foram efectuadas no ano de 2015 relativas a cortiças a extrair em 2016.



Evolução da Plataforma de transacção de cortiça (2010-2016)

Plataforma Electrónica de Transacção de Cortiça

Durante a presente campanha a Associação também disponibilizou através do seu site a Plataforma Electrónica de Transacção de Cortiça – 2016, onde foi dada uma informação actualizada das transacções realizadas ou por realizar e respectivo preço de venda, conforme o concelho onde estão localizadas. Em Abril de 2016 na Plataforma Electrónica estavam assinaladas 48 “partidas” de cortiça para extrair, que representavam um total de 460.150@, onde 319.900@ já se encontravam vendidas e 146.250@ estavam para venda. O preço médio de venda naquela data era de 32,96€/@, com um máximo de 42,5€/@ e um mínimo de 18€/@.



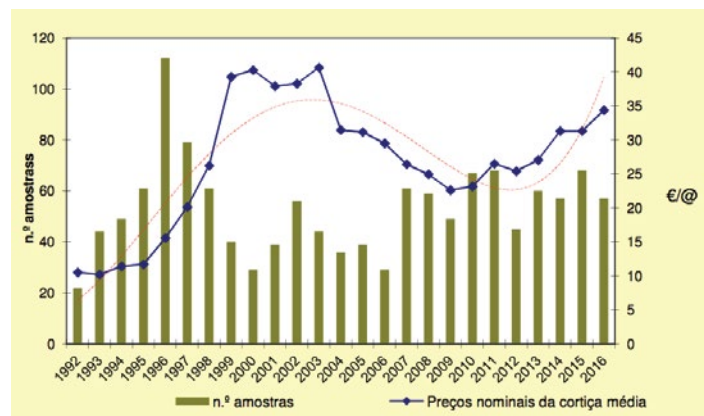
CAMPANHA DE AMOSTRAGEM 2016

Resultados do Inquérito à Comercialização de Cortiça

Com base no resultado do inquérito feito aos Associados da APFC no final de Setembro, dos que tinham cortiça exposta na Plataforma de Transacção de Cortiça, verificou-se que foi extraído 89% das arrobas previstas, cuja venda ocorreu na totalidade entre os meses de Dezembro de 2015 e Julho de 2016. Cerca de 46.000@ não foram extraídas por opção dos produtores que aguardam melhores condições de mercado. O preço médio de venda foi de 31,78 €/@, com um máximo de 42,5€/@ e um mínimo de 13,0€/@.

Dos 147 inquéritos realizados ao nível da UNAC - União da Floresta Mediterrânica, com respostas de 40 concelhos e que incluem as transacções de cortiça de outras organizações de produtores florestais, num universo de 1.152.392@, o valor médio de transacção foi de 29,53€/@ (aumento de 1,6% face a 2015), com um valor máximo de 43€/@ e um mínimo de 13€/@, o que volta a traduzir o acentuar da diferenciação do mercado entre as cortiças de melhor e pior qualidade. O custo médio da extracção foi de 4,19€/@, com um máximo de 5,5€/@ e um mínimo de 2,97€/@.

Analisando a curva de comportamento do mercado desde 1992, verifica-se que nos últimos 5 anos (2012 a 2014), uma tendência de aumento do preço de venda da cortiça.



No de amostras e evolução do preço.

Notas finais

A extracção da cortiça é a operação primordial em todo o processo de produção de cortiça.

A extracção deve ser preferencialmente feita por conta do produtor, ou em caso de impossibilidade, ser devidamente supervisionada por alguém da sua confiança. Só assim se garante que a cortiça extraída é efectivamente negociada, que os necessários aumentos e recuos são efectuados, que as árvores com dimensão mínima legal são desboiadas, que os calços são retirados das árvores, ou seja, que todas as boas práticas são devidamente acauteladas.

Vender a quantidade certa por um preço adequado (de mercado), sem se deixar convencer por preços por arroba que escondem descontos absurdos ou sem ter em conta a quantidade efectivamente vendida, já não deveria ser um problema da produção, no entanto este continua a ser um erro comum em muitos negócios.

A existência de margens negociais "ocultas" altera de forma significativa os preços por arroba oferecidos pelo comprador. Um dos aspectos mais importantes e mais penalizadores diz respeito à quantidade de cortiça transaccionada.

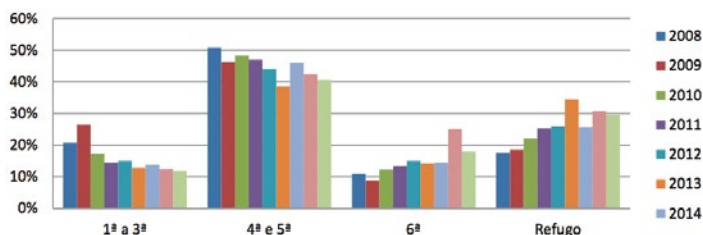
A realização de uma amostra da qualidade da cortiça a extrair é a ferramenta base para que os produtores conheçam o seu produto, na obtenção de um "bom negócio".

MRT e TMA

NUT III	Preço médio €/@
Alto Alentejo	31,35
Alentejo Central	24,71
Alentejo Litoral	31,03
Lezíria do Tejo	31,71
Baixo Alentejo	33,40
Península de Setúbal	27,40

Análise Qualitativa e de Preços

Fazendo a análise temporal dos dados compilados entre 2008 e 2016, verifica-se um decréscimo tendencial da percentagem de calas classificadas nas classes "1ª a 3ª" e "4ª e 5ª". Nas classes "6ª" e "refugo" verifica-se um aumento tendencial. Há que referir que esta análise foi feita em folhas de extracção diversas em cada ano, com base nos dados disponíveis na APFC, provenientes das amostragens realizadas.

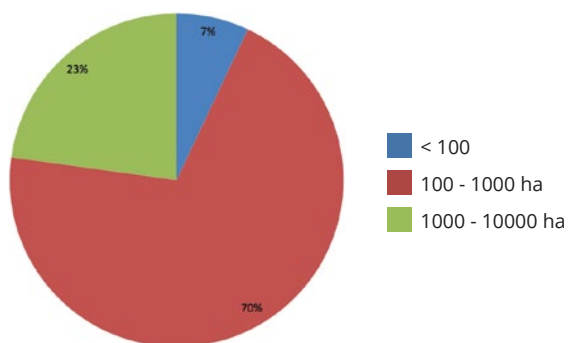


Distribuição da qualidade das cortiças amostradas entre 2008 e 2014

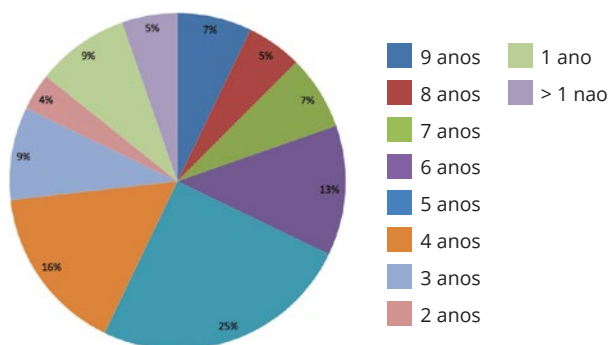
Evolução e Desempenho

Em 17 de Outubro o Grupo APFCertifica teve a 8ª auditoria externa. Foram visitados 9 membros, representando 19% da área certificada do grupo (34 977 ha). Analisando em retrospectiva as auditorias anteriores, constata-se uma melhoria do desempenho, com o número de acções corretivas em tendência decrescente desde 2012.

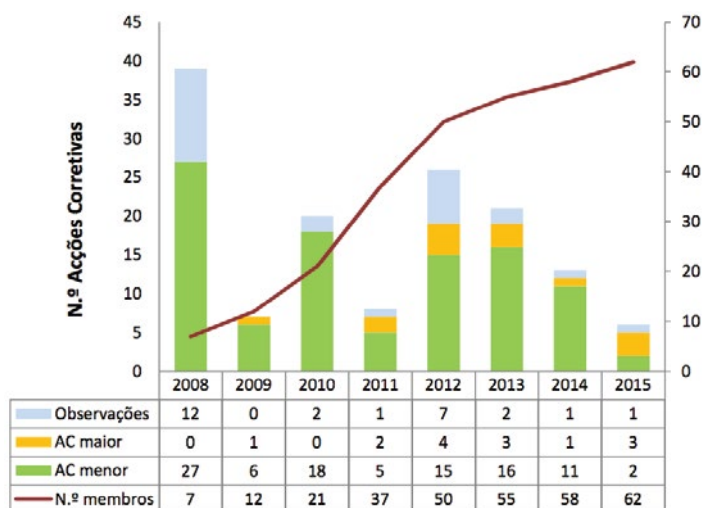
Para este facto terá certamente contribuído a antiguidade dos membros, dado que a maioria já tem mais de 5 anos de certificação e a integração da informação na plataforma APFCertifica (apfcertifica.pt) que facilitou todos os processos de registo e controlo. A dispersão das propriedades certificadas tem aumentado, estando actualmente localizadas em 19 concelhos, com maior concentração no concelho de Coruche.



Distribuição percentual dos membros do Grupo APFCertifica por antiguidade



Distribuição percentual da dimensão das propriedades certificadas



Performance do Grupo APFCertifica (2008-2015)

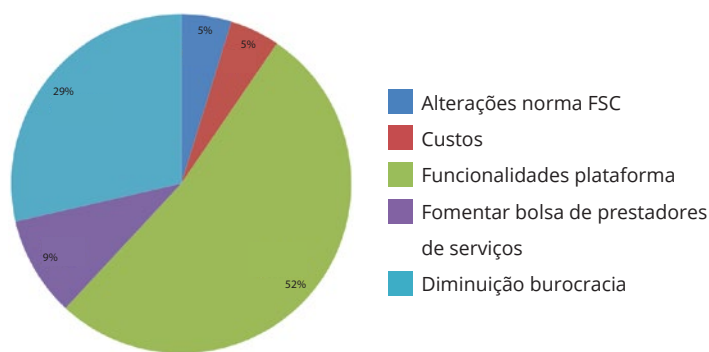
A Mais Valia de Estar Certificado

Feito o balanço entre os custos diretos da certificação e os bónus associados à comercialização de produtos certificados (0.50€/@ na cortiça; 4€/m³ na madeira de eucalipto e entre 2 – 4 €/m³ na madeira de pinho bravo), cada 1€ investido origina em média 1.78€ de retorno em mais valias aliadas à certificação, sem contabilizar as externalidades positivas associadas a uma gestão florestal mais sustentável.

Produtos Certificados	Rendimento Industrial	Consumidor Final
1.095.252 @ cortiça	> 1000 milhões de rolhas	16 milhões consumidores /consumo per capita 50l / ano)
136.394 m³ madeira eucalipto	> 47.000 ton de papel	382 mil utilizadores de papel (consumo per capita 124kg/ ano)
17.630 m³ madeira pinho		

Impacto da Certificação da Gestão Florestal (Grupo APFCertifica) no consumidor final (2008-2016)

Do inquérito realizado entre os sócios certificados a maioria das sugestões estava relacionada com a implementação de melhorias ao funcionamento da plataforma APFCertifica (52%).



A burocracia e o peso do sistema a implementar (29%) também foram assinalados pelos membros em relação à manutenção do processo de certificação, pelo que durante 2017 iremos reformular alguns dos procedimentos e requisitos para dar resposta a esta situação, sem colocar em causa o cumprimento dos normativos do FSC.

Relembramos novamente que a certificação florestal é também um dos critérios de quantificação da mais-valia geral dos projectos de investimento associados às medidas florestais, o que pode fazer a diferença entre a aprovação ou não aprovação devido à pontuação obtida.

Não estará na altura de certificar a sua propriedade?

REFORMA DA FLORESTA

Omissões, Complicações e Ilusões

O ano de 2016 com 150.364 hectares de área ardida, entre povoamentos (82.595ha) e matos (67.769ha), determinou a criação pelo Governo de um grupo de trabalho interministerial, composto pelas Finanças, Defesa Nacional, Administração Interna, Justiça, Economia, Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, que desenvolveu medidas que “procuram responder aos grandes desafios da floresta portuguesa” e está ancorado em três áreas de intervenção:

- Titularidade da propriedade;
- Gestão e ordenamento florestal;
- Defesa da floresta nas vertentes de prevenção e de combate aos incêndios.

Este grupo de trabalho interministerial desenvolveu um conjunto de medidas legislativas que foram aprovadas no Conselho de Ministros dedicado à Reforma das Florestas, e que foram disponibilizadas para discussão pública. São dez propostas legislativas, estruturadas nas áreas de intervenção atrás referidas:

Titularidade da Propriedade	<ol style="list-style-type: none">1. Banco nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril e o Fundo de Mobilização de Terras2. Sistema de informação cadastral simplificada
Gestão e Ordenamento Florestal	<ol style="list-style-type: none">3. Regime jurídico de reconhecimento das sociedades de gestão florestal4. Alteração ao regime de criação das zonas de intervenção florestal5. Alteração ao Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal6. Incentivos fiscais e emolumentares
Defesa da Floresta	<ol style="list-style-type: none">7. Alteração ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios8. Alteração ao regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização9. Programa Nacional de Fogo Controlado10. Regime especial e extraordinário para a instalação e exploração, por municípios, de novas centrais de valorização de resíduos de biomassa florestal



REFORMA DA FLORESTA

Omissões, Complicações e Ilusões

E o que resultará da aprovação destas iniciativas nos moldes em que foram propostas para discussão pública?

Algumas podem ser úteis ao setor, como é o caso do Sistema de informação cadastral simplificada, que permitirá aproveitar toda a informação já existente nas Associações e ZIF decorrentes de levantamentos de prédios com GPS para projetos de investimento, cartografia, planos de gestão florestal, etc...

Outro bom exemplo é a consideração, para efeitos de determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC e dos sujeitos passivos de IRS com contabilidade organizada que exerçam diretamente uma atividade económica de natureza silvícola ou florestal, dos encargos suportados com despesas com operações de defesa da floresta contra incêndios ou com a elaboração de planos de gestão florestal, que passam a ser consideradas em 130 % do respetivo montante, contabilizado como gasto do exercício.

No entanto, grande parte das propostas legislativas pecam por defeito ou omissão para o objetivo anunciado de "procurar responder aos grandes desafios da floresta portuguesa", uma vez que:

- São de valor acrescentado pouco relevante face ao atual enquadramento legal (Bolsa de Terras) ou de impacto residual (centrais de biomassa para os municípios);
- Altera no Sistema de Defesa Florestal Contra Incêndios mas:
 - não disponibilizam de forma pública a avaliação do PNDFCI (Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios): desconhece-se se as recomendações da avaliação independente foram acauteladas;
 - não contemplam a criação de uma estrutura dedicada à defesa da floresta, integrando a prevenção e apoiando o combate, que permitisse defender a floresta além da defesa das vidas e das populações (como previsto na Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.º 33/96), que implemente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), dotado de um orçamento global, equilibrado e plurianual;
 - não contemplam a criação de um programa permanente de educação e sensibilização para a importância da floresta, riscos dos fogos e sua prevenção, adaptado aos diferentes públicos-alvo, e com orçamento próprio;



- Proíbem o eucalipto, mas não contemplam o Reforço da fiscalização e monitorização efetiva do território, garantindo a aplicação e eficácia das soluções resultantes dos instrumentos de planeamento, em detrimento de pressupostos de proibição transversais sobre as opções de gestão;
- Criam o Sistema de informação cadastral simplificada e as sociedades de gestão florestal, mas não equacionam ações tendentes a evitar o fracionamento da propriedade florestal, por exemplo incentivando opções societárias que, contrariando o fracionamento, permitam a divisão de quotas/participações sociais e não hectares de terra;
- Simplificam o regime jurídico das ZIF (que possibilitou a criação de cerca de 1 milhão de hectares de ZIF) mas não atendem à necessidade de revisão do regime de financiamento das ZIF – Zonas de Intervenção Florestal, apoiando ao seu funcionamento;
- Criam as sociedades de gestão florestal, mas de forma desarticulada do modelo ZIF, não contemplando:
 - a ZIF como veículo privilegiado de soluções de defesa conjunta e primeiro patamar para soluções de gestão agrupada;
 - a evolução das ZIF para soluções empresariais que garantam um adequado uso do solo e uma diversificação das fontes de rendimento;
- Criam incentivos fiscais e emolumentares, mas não preveem a criação da figura fiscal do modelo de provisões para investimento florestal para os sujeitos passivos de IRC/IRS (como previsto na Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.º 33/96);
- Criam o programa nacional de fogo controlado, dotando-o com uma dotação específica de 2 milhões de euros/ano do Fundo Florestal Permanente, mas não instituem o sistema de seguros florestais (como previsto na Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.º 33/96);

A reforma cria ainda novas contraordenações puníveis, algumas pouco justificadas: por exemplo, para quem não possua PGF em propriedades com área acima da dimensão mínima definida em cada PROF. Sendo que nos últimos 8 anos, desde que existe enquadramento legal, e sem contraordenações, a área abrangida por PGF ser já superior a 1 milhão de hectares.

Uma análise no sentido de avaliar, ainda assim, as consequências da sua aplicação, não obstante a ausência de medidas estruturais reconhecidas e solicitadas por todo o setor, permite ainda constatar, no que é provavelmente a opção política mais controversa e prejudicial, que existe uma clara orientação de municipalização da política florestal.

Esta desresponsabilização do Estado através de uma transferência de funções para os municípios é de alto risco, vai bloquear a atividade florestal, desincentivar o investimento florestal e não vai inverter, nem atenuar o impacto dos incêndios florestais.

REFORMA DA FLORESTA

Omissões, Complicações e Ilusões

Se a execução das competências atuais das autarquias em matéria de defesa da floresta contra os incêndios florestais deixa muito a desejar, por que razão se vai atribuir mais competências aos municípios?

Não nos podemos esquecer que existem autarquias:

- Sem Comissão Municipal de DFCI constituída;
- Sem PMDFCI aprovado;
- Sem técnico no Gabinete Técnico Florestal;
- Com técnico sem competências adequadas para o Gabinete Técnico Florestal;
- Sem qualquer envolvimento operacional efetivo na execução física do PMDFCI;
- Sem intervenção na rede secundária das faixas de gestão de combustíveis (intervenção e ressarcimento das despesas) nem sequer nos aglomerados populacionais;
- Que exercem imensa pressão política para alterar as regras dos condicionalismos à edificação em espaços florestais;

É que de facto, as autarquias não possuem estrutura e competências técnicas para a exigência e dimensão de funções tão díspares como:

- Fiscalização no âmbito do RJAAR (Regime jurídico de arborização e re-arborização) e de DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios);
- Emissão de parecer vinculativo no âmbito do RJAAR e de parecer de concordância com o PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios);
- Gestão florestal, enquanto entidade gestora de ZIF ou "parceiras prioritárias";
- Gestão e produção de energia, com a instalação e exploração de centrais a biomassa florestal residual (exclusivo para municípios ou CIM - Comunidades Intermunicipais).

Existem ainda outros factores que reforçam a conclusão de que esta municipalização da política florestal é uma má opção política e que pode agravar muito os custos de contexto:

- Existe uma elevada heterogeneidade no posicionamento das autarquias perante a floresta enquanto atividade económica;
- Existe uma diferenciação territorial na aplicação de taxas pelos Municípios relativamente aos licenciamentos no âmbito da atividade florestal que colocam em risco a atividade económica florestal;
- Existem municípios que ignoram a adequação edafo-climática e limitam-se a dar pareceres negativos, relativamente a espécies florestais exóticas, como o eucalipto;
- Desresponsabiliza o ICNF/MAFDR que não vai ter capacidade de obter e integrar a informação dos municípios levando a um desconhecimento total do que sucede no território.

Para além disso, as autarquias ficam com um duplo papel conflituante: podem ser gestores e reguladores. De que forma se vai efetuar esta separação de poderes?

Por outro lado existe um total esquecimento das Organizações de Produtores Florestais a quem coube assumir o papel no apoio técnico e na extensão do conhecimento, funções de que o Estado se tem vindo a demitir.

Mesmo a inovação da proposta de um regime jurídico de reconhecimento das sociedades de gestão florestal (SGF) é deficientemente orientado para o minifúndio, não acautelando outras iniciativas e outras necessidades globais de evitar a excessiva fragmentação da propriedade privada:

- Sem integração ou articulação prioritária com as ZIF;
- Com abordagem pela dimensão da estrutura fundiária e não pela rentabilidade da espécie (5ha de eucalipto geram maior rentabilidade que 50ha de azinheira, por exemplo);
- Não incentivando de forma nacional opções societárias que, contrariando o fracionamento, permitam a divisão de quotas/participações sociais e não hectares de terra.

Por fim, as propostas fiscais, ainda que com uma alteração positiva, são de impacte reduzido para as áreas fora de SGF e sem acautelar necessidades específicas de fileiras com as de rentabilidade inexistente ou reduzida, retorno do investimento a muito longo prazo, com elevados problemas de perda de vigor e mortalidade, com aumentos de custos significativos por necessidade imperativa de adaptação às alterações climáticas, e com enquadramento legal que impossibilita a conversão para outros usos de maior rentabilidade: montados de azinho e sobro.

É que contrariamente ao que diz o preâmbulo da proposta de diploma que procede à alteração ao RJAAR (Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e re-arborização com recurso a espécies florestais) não é através da restrição à expansão da área de eucalipto que se "criam condições mais adequadas para a implantação e expansão de espécies florestais autóctones diversas e para a melhoria da respetiva produtividade, designadamente do pinheiro-bravo e do sobreiro e da azinheira". É através da criação de condições, nomeadamente fiscais, que melhorem a sua rentabilidade e que não criem custos de contexto.

Então, o que resulta desta Reforma da Floresta?

Resultam, salvo poucas medidas positivas, Omissões (muitas), face às necessidades do setor, Complicações (uma muito relevante), a municipalização da política florestal e Ilusões (proibir o eucalipto não vai resolver rigorosamente nenhum problema)!



Nuno Mendes Calado | UNAC - União da Floresta Mediterrânica

A APFC em parceria com a UNAC e o INIAV, realizaram um conjunto de ações de formação direccionadas aos técnicos das várias associadas da UNAC, relativamente às questões da sanidade florestal.

Nestas acções de formação estiveram presentes técnicos da APFC, ACHAR, ANSUB, AFLOBEI, AFLOSOR e ainda de empresas privadas.

Os temas abordados foram:

- Pragas e Doenças do Montado
- Modelação ao Serviço da Gestão do Montado de Sobro
- Pragas e Doenças do Pinheiro manso

Nestas sessões, foram realizadas várias exposições orais sobre os ciclos de vida dos organismos patogénicos que atingem o sobreiro e o pinheiro manso, bem como os sintomas e sinais que as árvores apresentam quando são atacadas. Depois de cada sessão teórica, decorreu uma sessão prática em campo para identificar insectos/fungos que seriam potenciais causadores de decrepitude ou morte dos indivíduos.

Verificou-se que uma das dúvidas transversais a todos os participantes, além de como identificar os agentes patogénicos, era quais os cuidados a ter na recolha e manuseamento de amostras colhidas no campo para enviar para o laboratório, pelo que no decorrer destas sessões os investigadores identificaram também regras para colheita e acondicionamento de material vegetal e/ ou insectos.

Por vezes alguns sócios trazem-nos material que pretendem que seja analisado para despiste de fungos e/ou insectos, que estão a afectar a sua propriedade, contudo nem sempre o material que nos trazem vem nas condições necessárias. Assim, e de modo a partilhar o conhecimento adquirido, transcrevem-se de seguida as regras a ter em conta na colheita de amostras da parte aérea (copa, ramos e raminhos):

Colheita de amostras de material vegetal

1. Devem seleccionar-se para recolha, partes da planta onde seja visível, exsudados, seca de folhas ou ramos ou onde haja sinais do agente patogénico como por exemplo, tecidos de fungo (micélio), pontuações nas folhas e ramos, cogumelos, manchas nas folhas;
2. Não se deve recolher apenas material morto, o indicado é recolher nas zonas de transição, ou seja, recolhendo material não afectado e material afectado;
3. O material recolhido deve ser envolvido em papel, por exemplo em jornal, e só depois colocado num saco de transporte, pois evita que microorganismos se desenvolvam;
4. De preferência, as amostras devem ser acondicionadas para envio em envelopes de papel, caixas de cartão ou sacos de plástico, com a dimensão adequada para não danificar o material a analisar;
5. Em caso de várias amostras, estas devem ser acondicionadas individualmente;
6. Devem ser acompanhadas de ficha com os seguintes dados: nome da propriedade, proprietário e localização; nome da espécie em que foi encontrado (sobreiro, pinheiro manso, etc); data de colheita e nome e contacto da pessoa que realizou a colheita;
7. Depois de colhidas, acondicionadas e etiquetadas as amostras para análise, devem ser mantidas em local fresco e refrigerado até serem enviadas para o laboratório (o que pode ser feito por correio).

A sessão sobre “Modelação ao Serviço da Gestão do Montado de Sobro”, decorreu no âmbito da FICOR, tendo sido mais centralizada na cortiça. Dividiu-se em dois módulos, sendo o primeiro sobre humidade da cortiça e o segundo sobre a qualidade da cortiça. Foram apresentadas duas ferramentas DryC e YieldC. O DryC é uma aplicação que permite calcular a curva de secagem da cortiça em pilha, e que pode ser utilizada por qualquer produtor tendo apenas conhecimento da humidade da cortiça à extracção. A segunda aplicação (YieldC) permite ter uma ideia da altura de crescimento a partir da qual a cortiça deixa de ser rolhável, com base no calibre da cortiça a 1.30m de altura.

O protocolo foi realizado para um horizonte de 5 anos (2016 a 2020), tendo o objectivo do presente ano sido ultrapassado com a realização de 3 sessões, quando estavam propostas apenas 2 sessões da Escola de Quadros. Para os próximos anos estão previstas mais 15 sessões:

Nº de acções	Escola de quadros			
	2017	2018	2019	2020
	3	4	4	4

Espera-se que com estas sessões os técnicos que nelas participam mantenham os seus conhecimentos actualizados, de modo a disponibilizar a melhor informação aos seus sócios e clientes.



OCUPAÇÃO FLORESTAL E RENTABILIDADE

Porque gostam os agricultores de Eucaliptos? E porque os odeiam os políticos e os ambientalistas?

Miguel Vieira Lopes
Director APFC

A partir de 31 de Janeiro próximo está prevista a entrada em vigor de novas regras no regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização, com recurso a espécies florestais (RJAAR), com uma alteração profunda da política face ao eucalipto. Nesta alteração prevê-se que seja possível substituir povoamentos de eucalipto por novas plantações, mas passará a ser muito dificultada a instalação desta espécie em novas áreas. Mesmo que essas áreas tenham especial aptidão para o eucalipto e não tenham para outras espécies “concorrentes”.

Neste contexto, parece oportuno perguntar: Mas se os políticos e os ambientalistas são tão fortemente contra o eucalipto, porque não o são os produtores? Os produtores são, afinal, os principais interessados na sustentabilidade das suas explorações!

A resposta é simples, e conta um lado desta conversa que habitualmente não é ouvido: instalar eucalipto dá dinheiro, enquanto que instalar as outras culturas alternativas, como o pinheiro bravo, não dá.

Ora vejamos: numa zona de boa produtividade, um hectare de eucalipto promete Valores Actualizados Líquidos (VAL) de 1.600€ a 3.000€ por hectare (correspondentes a produtividades de 8 a 12 metros cúbicos por hectare por ano). O VAL representa o valor de todos os resultados anuais durante a vida útil do povoamento atualizado ao momento presente, ou seja, transformado em euros de hoje.

Quais são então as alternativas e quanto “valem”? Para a maioria de áreas em que se encontra o eucalipto, os cenários possíveis resumem-se aos seguintes:

- Cenário 1 - Ocupação com pinheiro bravo. Com produtividades muito boas, o pinheiro bravo promete um VAL de 230€. Este valor compara com os 1.600€ a 3.000€ do eucalipto... Com 10 m³/ha/ano (que é já uma fasquia difícil de atingir) ou menos dá prejuízo! NÃO É ALTERNATIVA!
- Cenário 2 - Instalação de pastagens de sequeiro. Há que suportar o custo de instalação de uma pastagem melhorada, que custa cerca de 450€. Uma vez que na maioria dos casos se tratam de solos delgados e com um pH muito baixo, é seguro dizer que na grande maioria das áreas não se consegue retirar deste investimento em pastagem, rentabilidade comparável à do eucalipto. Se para além disto o produtor não tiver já os animais comprados, é seguro dizer que a probabilidade de recuperar o capital investido antes de 30 anos é mesmo muito baixa... a não ser que volte a vender o efectivo animal... NÃO É ALTERNATIVA!

Em relação ao cenário 1, perguntarão porque não pode a substituição ser feita por sobreiros, azinheiras ou pinheiros mansos. Mais uma vez a resposta é simples: pode-se lá plantar pinheiros, sobreiros ou azinheiras, mas, na grande maioria das áreas não se espere receber de lá rendimento no médio prazo numa escala que faça frente aos custos de exploração.

Porque o eucalipto está em zonas de solos mais delgados que não suportam outras espécies, como sobreiros e azinheiras; Porque o eucalipto está numa enorme percentagem do País em que o pinheiro manso não produz pinhão; e porque o eucalipto simplesmente cresce muito mais rápido que o pinheiro bravo. Por tudo isto, há uma grande parte da área florestal do País que tem ou pode vir a ter eucalipto e não deve ter sobreiros, pinheiros ou azinheiras.

Há ainda um outro ponto que o cidadão comum desconhece e que deve ser tido em conta antes que todos embarquemos na manifestação pública pelo enforcamento do eucalipto. Trata-se da ideia generalizada que por ser uma espécie exótica com grande expressão em Portugal, o eucalipto está a exterminar a flora autóctone e a biodiversidade.

De acordo com o ICNF1, a área total de eucalipto aumentou 13% entre 1995 e 2010. Para este aumento contribuíram 70 mil ha de áreas ocupadas por pinheiro-bravo em 1995; 13,5 mil ha de superfícies ocupadas por matos e pastagens e 12 mil de áreas agrícolas. Cerca de 8 mil ha que eram floresta de eucalipto em 1995 constituem uso urbano em 2010.

Apesar de o eucalipto ter sido, durante os anos de aplicação do actual RJAAR, a espécie com mais pedidos de licenciamento para plantações e replantações – uma estatística que apareceu abundantemente na comunicação social – a área total desta espécie sofreu um aumento muito ligeiro durante o mesmo período – facto que quase todos os artigos de opinião e artigos de jornal, incendiados contra o pobre eucalipto, se esqueceram de mencionar.

Que haja poucos pedidos de licenciamento para outras espécies percebe-se perfeitamente pelo raciocínio apresentado anteriormente, até porque quando há apoios públicos de fundos europeus a essas plantações (das quais o eucalipto está excluído) o RJAAR é automaticamente dispensado em caso de aprovação do projecto.

Perceba-se então a resposta à pergunta que dá tema a esta reflexão: os agricultores gostam do eucalipto por dois motivos: (1) conhecem a razoavelmente bem a suas alternativas em termos económicos e, portanto, não se deixam enganar com tanta facilidade pelos chavões que se ouvem na comunicação social; (2) Não são, na sua maioria, políticos nem têm motivações que se prendam com a política e, portanto, julgam as coisas como as vêm e não como a opinião pública parece querer que eles as vejam.





APFC

ASSOCIAÇÃO DOS
PRODUTORES FLORESTAIS
DO CONCELHO DE CORUCHE
E LIMÍTROFES

25
ANOS
1992-2017

PREÇOS DE PRODUTOS FLORESTAIS

Produtos não lenhosos

CORTIÇA	TIPO	PREÇO	BARÓMETRO
Preços à porta da Fábrica (fardos)	Rolhável	4,06€/kg	Mercado dinâmico e com procura, já com alguns negócios concretizados. Esteja atento à plataforma digital APFC
	Delçada	2,20€/kg	
	Refugo	0,70€/kg	

Prémio à Cortiça certificada + 0,50 €/t

PINHA	PREÇO	BARÓMETRO
Pinha Colhida	0,60 a 0,75€/Kg	Mercado muito dinâmico com uma forte procura e evolução positiva desde o início da campanha.

Produtos lenhosos

MADEIRA DE EUCALIPTO	PREÇO	PREÇO	BARÓMETRO
Em pé	30-32€/m ³	27-29€/ton	Procura estável. Preços sem alterações.
À porta da fábrica (Setúbal) Com casca	45€/m ³	41€/ton	

Prémio à madeira de Eucalipto certificada +4€/m³

MADEIRA DE PINHEIRO BRAVO	PREÇO NA FÁBRICA	PREÇO EM PÉ	BARÓMETRO
Faxina (diâmetro 4 a 14 cm)	28-32 €/ton	12-17 €/ton	Preço de madeira de serração estável. Preço de madeira de faxina em depreciação resultado da menor procura da indústria de pellets.
Rolária (diâmetro > 14 cm)	50-55€/ton	35-40 €/ton	
Postes para tratar (>5m)	75-80 €/ton	55-60€/ton	
Varas para tratar (<5m)	75 €/ton	35-40€/ton	

Prémio à faxina de Pinheiro Bravo certificada +4€/m³

MADEIRA DE PINHEIRO BRAVO	PREÇO	BARÓMETRO
Sobreiro	Em pé	25€/ton
	Sem falca	45€/ton
Pinheiro Manso	Em parque	28-30€/ton
	Em pé / no campo	10-12€/ton
Biomassa	Em pilha	10-12€/ton
	Na fábrica	27€/ton